

Escolas e Estudantes da Europa
Estruturas, Recursos e Políticas de Educação

Susana da Cruz Martins

ESCOLAS E ESTUDANTES DA EUROPA

ESTRUTURAS, RECURSOS E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO



LISBOA, 2012

© Susana da Cruz Martins, 2012

Susana da Cruz Martins
Escolas e Estudantes da Europa. Estruturas, Recursos e Políticas de Educação

Primeira edição: Fevereiro de 2012
Tiragem: 400 exemplares

ISBN: 978-989-8536-06-8
Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10
Concepção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Nuno Fonseca
Revisão de texto: Manuel Coelho
Impressão e acabamentos: Publidisa, Espanha

Este livro foi objecto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 217 903 238
Fax: (+351) 217 940 074
E-mail: editora.cies@iscte.pt
Site: <http://mundossociais.com>

Índice

Índice de figuras e quadros	vii
Figuras.....	vii
Quadros	ix
Introdução	
Considerações iniciais e objectivos de pesquisa	1
Objecto de estudo e modelo de análise.....	3
“O caminho faz-se caminhando...” As opções metodológicas	4
Apresentação do estudo	6
1 Padrões, tendências e protagonistas de escolarização na Europa	9
O que se vê quando se olha para as <i>estruturas sociais</i> ?.....	9
Estruturas e dinâmicas de escolaridade: retrato de uma Europa em movimento.....	14
“Estar na escola...” Participação nos sistemas educativos europeus.....	23
2 Desenhos organizacionais dos sistemas educativos europeus.	
Notas de divergência e convergência	33
Sistema, sistémico e sistemático.....	33
A emergência dos sistemas educativos.....	38
A escolaridade obrigatória: recorte dos seus principais figurinos.....	42
Ensino básico e ensino secundário, as primeiras carruagens do sistema	46
Ensino superior, a última carruagem do sistema.....	60
3 Quem governa a educação? Orientações políticas e institucionais	77
Quais os rumos dos sistemas educativos? Centralização, descentralização e autonomia	77
Público e privado: dois pratos de uma balança em difícil equilíbrio....	95
Políticas europeias ou a europeização das políticas?	
Debates e reformas	111

4	Estados europeus e apoios públicos à educação de longo curso	119
	O estado e o financiamento dos sistemas educativos: uma breve incursão	119
	Apoios públicos no ensino superior: instituições educativas e estudantes	124
	Protecção social e educação: uma visão de conjunto	137
5	Escolas europeias. Recursos e quotidianos	147
	As escolas e os recursos para ensinar e aprender na sociedade da informação	148
	Viver a escola, viver na escola ou viver em função da escola? ... <i>Instantâneos quotidianos</i>	156
6	Origens sociais e percursos escolares	165
	Desigualdades sociais nos percursos escolares: um “jogo” de regras variáveis	165
	O que “valem” os contextos e os recursos sociais das famílias à entrada do ensino secundário?	170
	Ir para o ensino superior: que origens e recursos sociais se levam na “bagagem”?	176
7	Um desfecho em dois actos	183
	O epílogo de um modelo e seus resultados	183
	Notas finais e novos problemas	197
	Referências bibliográficas	203

Índice de figuras e quadros

Figuras

1	Modelo de análise.....	3
1.1	Evolução da população entre 18 e 24 anos com o ensino básico que não está no sistema de ensino nem noutra formação (ou abandono escolar) (%)	24
1.2	Proporção de mulheres no ensino superior, 2009 (%).....	29
1.3	População adulta (dos 25 aos 64 anos) com escolaridades inferiores ao ensino secundário e que têm participado em actividades de educação e/ou formação, 2000 e 2009 (%).....	31
2.1	Vias de acesso “não tradicionais” ao ensino superior segundo o sexo, em países da União Europeia (%).....	58
2.2	Estudantes do ensino superior (CITE 5 e 6) inscritos nas áreas das ciências, matemática e computação e das engenharias, produção e construção, na União Europeia, 1998 e 2008 (%).....	62
2.3	Momentos-chave do processo de Bolonha.....	73
2.4	Estudantes do ensino superior (CITE 5 e 6) segundo o tipo de intensidade dos estudos (tempo inteiro e tempo parcial), na União Europeia, 2009 (%)	74
3.1	Datas das primeiras reformas em larga escala que promulgaram a autonomia das escolas, em países da União Europeia. Níveis 1 e 2 da CITE (1985-2007)	86
3.2	Estudantes do ensino básico (CITE 1 e 2) segundo o sector de ensino, União Europeia, 2009 (%).....	98
3.3	Estudantes do ensino secundário (CITE 3) segundo o sector de ensino, União Europeia, 2009 (%).....	100
3.4	Evolução do número de estudantes do ensino básico e secundário (CITE 1, 2 e 3), inscritos no sector particular e cooperativo, na União Europeia (%).....	101

3.5	Estudantes do ensino básico e secundário (CITE 1, 2 e 3), inscritos no sector particular e cooperativo segundo a relação de dependência das instituições educativas com o governo (estado), na União Europeia, 2009 (%)	103
3.6	Evolução do segmento de estudantes do ensino superior (CITE 5 e 6), inscritos no sector particular e cooperativo, na União Europeia, 2009 (%)	107
3.7	Estudantes do ensino superior (CITE 5 e 6), inscritos no sector particular e cooperativo segundo a relação de dependência das instituições educativas com o governo (estado), na União Europeia, 2009 (%).....	109
4.1	Despesa pública em educação, na União Europeia, 2008 (em % do PIB e da despesa pública nacional)	121
4.2	Despesa pública anual nas instituições educativas por estudante, na União Europeia, 2008 (em euros)	122
4.3	Evolução da despesa pública em educação, na União Europeia (em % do PIB e da despesa pública nacional)	123
4.4	Despesa de fontes públicas no financiamento das instituições de ensino como % da despesa pública e privada das instituições de ensino, para todos os níveis de educação, 2008	125
4.5	Evolução do peso da despesa pública na despesa total das instituições do ensino superior, em países da União Europeia, 2000 e 2007 (%).....	126
4.6	Proporção do apoio financeiro aos estudantes por parte do estado na despesa pública em educação, especificando-se o apoio aos estudantes do ensino superior, em países da União Europeia, 2008 (%)	128
4.7	Composição dos rendimentos dos estudantes que vivem em residência independente da família de origem durante o período de aulas segundo fontes de rendimentos, em países da União Europeia (%).....	130
4.8	Composição dos rendimentos dos estudantes que vivem com a família/pais durante o período de aulas segundo fontes de rendimentos, em países da União Europeia (%).....	130
4.9	Proporção de estudantes do ensino superior beneficiários de apoios directos do estado, em países da União Europeia (%).....	132
4.10	Proporção de bolsas (não reembolsáveis: atribuídas pelo estado e outras entidades públicas) entre os apoios públicos prestados, em países da União Europeia (%).....	132
4.11	Índice de beneficiários de apoios públicos entre os estudantes que vivem em residência independente da família (deslocados) e o significado desses apoios nos rendimentos desses estudantes, em países da União Europeia (%).....	134
4.12	Estudantes apoiados de acordo com as origens socioeducacionais da família, em países da União Europeia (%).....	136

4.13	Montantes dos apoios prestados aos estudantes de acordo com as origens socioeducacionais da família, em países da União Europeia (emeuros)	137
4.14	Estados-providência e educação na União Europeia (15 países): uma perspectiva vista do espaço (social) — análise de correspondências múltiplas (ACM).....	139
4.15	Estados-providência e educação na União Europeia (novos países aderentes — UEnpa): uma perspectiva vista do espaço (social) — análise de correspondências múltiplas (ACM)	143
6.1	Estudantes (com 15 anos e 3 meses e 16 anos e 2 meses e que tenham completado no mínimo 6 anos de escolaridade) que se enquadram no percentil 15 da distribuição internacional do índice de <i>status</i> económico, social e cultural, União Europeia, 2006 (%).....	172
6.2	Estudantes (com 15 anos e 3 meses e 16 anos e 2 meses e que tenham completado no mínimo 6 anos de escolaridade) segundo a escolaridade dos pais, União Europeia, 2006 (%).....	173
6.3	Rácio da proporção de pais e mães da classe operária (<i>blue collars</i>) nas populações nacionais (homens e mulheres) com o mesmo estatuto socioprofissional em idade correspondente (40-60 anos), em países da União Europeia.....	179
6.4	Rácio da proporção de pais e mães com o ensino superior nas populações nacionais (homens e mulheres) com o ensino superior em idade correspondente (40-60 anos).....	180
7.1	Configurações educacionais e perfis de sistemas de ensino na União Europeia a 15 países (UE15) — análise de correspondências múltiplas	185
7.2	Configurações educacionais e perfis de sistemas de ensino na União Europeia (novos países aderentes – UEnpa) — análise de correspondências múltiplas.....	191

Quadros

1.1	Escolaridade na União Europeia segundo a idade, 2010 (%).....	16
1.2	Escolaridade na União Europeia segundo o sexo e a idade, 2010 (%) ...	21
1.3	Recomposição educacional na população de 25 a 64 anos, na União Europeia, de 1997 a 2010 (%)	23
1.4	População entre 18 e 24 anos com o ensino básico que não está no sistema de ensino nem noutra formação, por sexo, 2009 (%).....	25
1.5	Estudantes entre os 16 e os 18 anos na população com a mesma idade, 2008 (%)	26
1.6	Estudantes do ensino superior com 20 anos na população com idade correspondente, segundo o sexo, União Europeia, 2008 (%).....	28
2.1	Número de anos de escolaridade obrigatória e o segmento etário da sua vigência, União Europeia, 2010/2011	45

2.2	Características do ensino básico (CITE 1 e 2) na União Europeia.....	47
2.3	Características do ensino secundário e pós-secundário (CITE 3 e 4) na União Europeia.....	52
2.4	Distribuição de matriculados por tipo de programa no ensino secundário, em países da União Europeia, 2008 (%).....	55
2.5	Síntese comparativa entre modelos de ensino e formação dominantes no ensino secundário (grupo etário 16-19 anos)	57
2.6	Tipologia dos sistemas de ensino superior na Europa Ocidental.....	66
2.7	Implementação de critérios respeitantes ao Processo de Bolonha, na União Europeia, 2008/2009	69
2.8	A implementação dos vários modelos dos dois primeiros ciclos do ensino superior (<i>bachelor</i> e <i>master</i>) na Europa, 2008/2009	71
3.1	Decisões tomadas por nível de governo no equivalente ao 3.º ciclo do ensino básico público (segundo estágio do ensino básico, CITE 2), em países da União Europeia, 2007 (%).....	80
3.2	Decisões tomadas por nível de governo no equivalente ao 3.º ciclo do ensino básico público (segundo estágio do ensino básico ou CITE 3) por domínio, em países pertencentes à União Europeia, 2007 (%).....	82
3.3	Nível de governo em que se tomam diferentes tipos de decisões sobre o currículo no equivalente ao 3.º ciclo do ensino básico (CITE 2), em países da União Europeia, 2007	83
3.4	Órgãos institucionais de governança no ensino superior público e privado (dependente da tutela governamental), na União Europeia, 2006/2007	92
3.5	Fases de desenvolvimento de um espaço europeu de educação (EEE) .	117
4.1	Proporções relativas das despesas públicas e privadas dos estabelecimentos de ensino superior, em países da União Europeia, 2008 (% calculada por ano)	127
5.1	Número de computadores e acesso à internet por 100 alunos segundo o nível de ensino e o tipo de escola, em países de União Europeia, em 2006	150
5.2	Professores que usam computadores em sala de aula (nos últimos 12 meses), em países da União Europeia, em 2006 (%).....	152
5.3	Escolas que facultam e usam computadores em salas de aula, sala(s) de informática e em bibliotecas escolares, em países da União Europeia, em 2006 (%)	153
5.4	Número de alunos por professor e dimensão média da turma, na União Europeia, em 2008	154
5.5	Distribuição de horas semanais declaradas pelos estudantes (de 15 anos e 3 meses a 16 anos e 2 meses e que tenham completado no mínimo 6 anos de escolaridade) em várias actividades de estudo, na União Europeia, 2006	158
5.6	Distribuição das horas semanais declaradas pelos estudantes do ensino superior na ocupação em diferentes actividades, em países da União Europeia (em horas médias/semana).....	161

6.1	Dispersão dos <i>scores</i> em ciências (naturais) e leitura segundo o contexto socioeconómico dos estudantes, em países da União Europeia	175
6.2	Comparação de indicadores de caracterização social dos pais e das mães com homens e mulheres das populações nacionais entre os 40 e os 60 anos (%).....	177
7.1	Quadro-síntese de caracterização dos perfis educacionais, UE15 (%)...	186
7.2	Quadro-síntese de caracterização dos perfis educacionais, UEnpa (%)	192
7.3	Perfis de sistemas de ensino e padrões de escolaridade, na União Europeia (síntese)	196

Introdução

Considerações iniciais e objectivos de pesquisa

Todos os anos, pelo menos desde que a OCDE lança o seu *Education at a Glance*, que os meios de comunicação largam o seu brado, apontando com mira mediática o lugar que Portugal ocupa entre os mais de 30 países-membros, designadamente em relação ao acesso, à participação e à certificação escolar. A constatação repetida de um lugar modesto para o país, num contexto internacionalizado, tem obrigado a várias interpelações dos responsáveis políticos, mas também motivado peritos e especialistas a dar respostas às diferenças identificadas.

A intensificação e sofisticação da difusão de indicadores estatísticos comparáveis, através de organismos europeus (como o Eurostat) e outras agências internacionais (como o Banco Mundial, a OCDE, a UNESCO, entre outros), têm, certamente, promovido um olhar sistemático de comparação entre países por parte de investigadores ou equipas de investigação, em várias áreas disciplinares. Tal disponibilidade tem permitido avanços substantivos no desenvolvimento de conhecimento de larga escala e facultado cenários de intervenção mais realistas e fundamentados.

No quadro do CIES-IUL tem-se aprofundado um olhar de tipo comparativo, com clarificações acerca das posturas teóricas e operatórias, sobre as estruturas sociais e processos de recomposição social, nomeadamente no âmbito da sociologia das classes sociais e da estratificação (Costa e outros, 2000; Costa, Machado e Almeida, 2007; Martins, Mauritti e Costa, 2009; Mauritti, Martins e Costa, 2004), utilizando-se, precisamente, indicadores institucionais ou dados produzidos através de projectos internacionais para leituras comparativas. Um dos ângulos mais salientes nas análises então produzidas é a importância das estruturas socioeducativas, e suas reconfigurações, enquanto eixo central na distribuição de poderes, recursos e oportunidades, com manifestações nos quotidianos, estilos e padrões de vida pessoais e familiares, nas formas de mobilidade social, nas qualificações e competências profissionais, entre outros aspectos de relevo da vida social. Outros prendem-se com a grande variabilidade, perspectivada em distribuições muito desiguais das estruturas socioeducativas no contexto europeu.

Uma outra vertente de investigação permitiu ainda aprofundar a análise sobre processos de escolarização avançados no que respeita aos contextos e recursos sociais e económicos dos estudantes do ensino superior na Europa, tendo por base uma operação de inquérito levada a cabo em vários países no quadro do projecto Eurostudent (HIS, 2000; 2005; 2008a; 2008b).

Resulta destes vários envolvimento um conjunto de interesses de pesquisa e perplexidades analíticas, que se revelaram essenciais na construção do objecto de análise que está no centro deste estudo. O móbil foi criado a partir deste dédalo de abordagens que confluíram num olhar comparativo sobre as questões educativas. A partir daqui algumas interrogações foram lançadas, nomeadamente no apuramento de quais as razões para que a escolarização aconteça de forma tão variável em contextos internacionalmente alargados, como o da União Europeia, quer no que respeita à sua generalização (perspectivada em termos da certificação escolar), quer no que se refere à longevidade dos percursos escolares aí inscritos. Reside, pois, nesta iniciativa de investigação a necessidade de aprofundar as dimensões e identificar os elementos implicados e relacionados com tais processos.

Neste seguimento, foram definidos alguns objectivos que nortearam esta investigação. No plano *teórico-conceptual* foi possível desenvolver um modelo, cujas principais dimensões, e sua articulação, contribuísem para a compreensão dos processos de escolarização ao nível social, político e institucional numa perspectiva comparada. Desta forma, foi possível articular dimensões de análise fundamentais: as estruturas sociais, as instituições e políticas educativas e os protagonistas centrais (e respectivos percursos e recursos) nos processos de escolarização. No plano *técnico-metodológico* desenvolveram-se procedimentos de compatibilização e de leitura avisada na análise conjugada de indicadores estatísticos relativos às realidades dos países da União Europeia. Tais procedimentos sugeriram, ainda, uma análise comparativa multivariada, reunindo-se uma alargada bateria de indicadores, no sentido de se efectivar uma melhor compreensão desses processos nesse espaço europeu. Por fim, e num plano *analítico-substantivo*, esteve presente nesta pesquisa a construção de padrões de escolaridade e recomposições socioeducacionais e algumas das condições sociais, institucionais e organizacionais que enformam e apoiam as trajectórias escolares e processos de certificação. Tais aspectos são equacionados do ponto de vista comparativo, onde os principais traços referidos são conjugados numa análise de compreensão de processos de escolarização mais ou menos intensos, obtendo-se várias configurações que resultaram em perfis de sistemas educativos europeus.

Estes objectivos são alicerçados tendo por referência algumas das linhas interpretativas dominantes da análise da transformação social por relação à educação. A educação, enquanto pedra basilar nos processos económicos e na reconfiguração das estruturas sociais, coloca, tal como referencia Drucker (1992: 320), um desafio à maior parte dos países avançados no que respeita ao seu conteúdo e à sua estrutura. Mariano Enguita (2001) sublinha o facto de nos encontrarmos numa fase em que a mudança é reconhecida como *intrageneracional*, ocorrendo nas sociedades avançadas, e dizendo respeito a contextos em que uma boa parte da população adulta se tem de adaptar a novas condições sociais de vida e trabalho. Esta fase

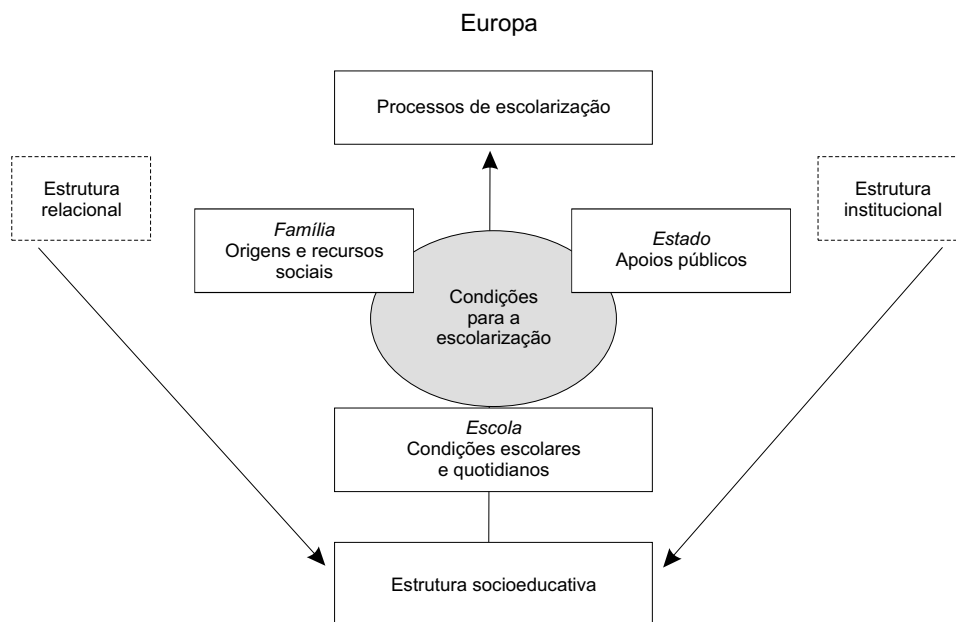


Figura 1 Modelo de análise

aponta para uma sociedade em que os seus contextos dominantes são eminentemente educativos.

Objecto de estudo e modelo de análise

O objecto de estudo, aqui apresentado, centra-se nos processos de escolarização da União Europeia. Dito isto, a perspectiva comparativa está, ela própria, entre fronteiras deste *objecto*, construída a partir de indicadores relevantes de tipo socioeducacional e político-institucional, problematizando-se tais processos perante unidades de análise nacionais e supranacionais. A construção de um modelo de análise, no aprofundamento selectivo das suas dimensões, esteve também dependente do tipo de informação comparável disponível, alicerçando-a, com certeza, em pilares teóricos sustentados e articuláveis entre si.

A caracterização contextual dos processos de escolarização diz respeito a um eixo fundamental do modelo de análise desenvolvido. Conjugaram-se, no aprofundamento interpretativo da *estrutura socioeducacional*, duas vertentes essenciais: uma que diz respeito à *estrutura relacional*, no sentido da identificação de padrões de escolaridade, seus processos de recomposição, sinalizando-se dinâmicas e traços de caracterização dos contingentes escolares e alguns dos seus protagonismos na União Europeia; e a outra que se prende com as *estruturas institucionais*, quer na

componente reguladora quer normativa dos sistemas educativos europeus, analisadas através de indicadores para leituras institucionais, de política educativa e identificação dos contornos “fisionómicos” dos sistemas educativos europeus.

Outro eixo central no modelo de análise (figura 1) relaciona-se com o mapeamento e a problematização de *recursos e condições sociais* inscritos em tais contextos e perspectivados nos percursos e aquisições escolares. Trata-se de uma abordagem com três orientações de análise: que estabelece relações entre os vários tipos de *estado social* ou de *estado-providência* e o provimento da educação; caracteriza e identifica os *recursos instalados nas escolas*, no sentido da sua integração numa sociedade da informação e do conhecimento, e os quotidianos implicados em tais contextos organizacionais; e procede ao balanceamento, sempre a propósito, do impacto de diferentes *origens sociais e familiares* (e seus recursos e contextos) em percursos escolares desiguais. Concretiza-se, assim, uma análise associada destes tipos de recursos com origens institucionais distintas.

A conjugação destas duas propostas (eixos) de análise permitiu, certamente, uma maior desocultação e compreensão dos processos diferenciados de escolarização na União Europeia.

“O caminho faz-se caminhando...” As opções metodológicas

O trabalho que agora se apresenta insere-se naquilo que poderíamos chamar uma abordagem *macroscópica* (Archer, 1978; 1979), mais na sua vertente comparativa do que histórica, analisando-se não só as grandes regularidades, mas também atendendo-se às importantes diferenças e singularidades. Os níveis de análise são perspectivados quer, num plano mais desagregado, tendo-se por referência sociedades nacionais e os estados-nação, que com as suas especificidades estruturais, institucionais e culturais não podem ser entendidas como meros redutos espaciais,¹ quer num nível transnacional, não se ignorando, portanto, que alguns dos processos sociais contemporâneos mais importantes ocorrem numa escala global e transnacional (cf. Azevedo, 2007a; Costa e outros, 2000; Costa, Machado e Almeida, 2007; Green, 2006). Numa maximização das virtualidades próprias de cada nível, propõe-se uma articulação entre os dois. Ambos são importantes na construção interpretativa de cenários educativos (cf. Popkewitz, 1999) no espaço europeu.

É, portanto, expectável que a estratégia de investigação principal seja, eminentemente, *quantitativa/extensiva*, procurando-se criar relações quantificadas entre variáveis (cf. Costa, 1999), num primeiro patamar para aprofundamento das principais dimensões de análise e, posteriormente, no sentido de proceder à sua articulação conjunta (executada com recurso a análises multivariadas). Para tal, houve um trabalho de localização, recolha, sistematização e análise, dentro de procedimentos de uma perspectiva comparativa, de fontes secundárias de informação. Por um lado, o

1 Como discutem Rui Canário (2006) e Roger Dale (2005), no quadro de um conjunto de críticas implacáveis àquilo que designam como “nacionalismo” metodológico, quanto a nós numa concepção prematura de esvaziamento cognitivo daqueles conceitos (estado-nação e sociedade nacional).

recurso a *fontes estatísticas oficiais* (do Banco Mundial, do Eurostat, da OCDE, da rede Eurydice, da UNESCO, etc.), muitas já disponibilizadas de forma livre *on-line*. Por outro lado, foram largamente utilizados inquéritos realizados no quadro de investigações comparativas, que alguns autores (veja-se Shavit, Arum e Gamoran, 2007) designam como *estudos comparativos em colaboração*, onde equipas nacionais participam num determinado estudo internacional, contribuindo para a produção de dados respeitantes aos seus países. O estudo deste tipo, que aqui tem um uso mais frequente, é o projecto Eurostudent (por via da rede Eurostudent: a Joint Project of European States, coordenada pelo centro alemão HIS).² Outro, também importante para algumas das análises produzidas, foi o Programme for International Student Assessment (PISA), promovido pela OCDE. De forma complementar, foi ainda possível apresentar dados de um projecto promovido pela Comissão Europeia e levado a cabo pelo centro alemão Empirica (Benchmarking Access and Use of ICT in European Schools 2006).

Procurou-se, pois, usar como principal fonte de informação dados largamente aceites entre os cientistas sociais, produzidos em sedes diferentes mas com um largo reconhecimento quanto à sua fiabilidade e limites. Afirmado isto, o seu uso será, sempre que se justifique, acompanhado de notas críticas e de clarificação conceptual, operacional e de compatibilização entre indicadores com origem em sistemas de informação (nacionais) distintos.

Uma outra vertente, apoiada em fontes documentais de tipo institucional, foi a análise de documentos e relatórios/estudos sobre política educativa. Assim, esta apoiar-se-á sobretudo em documentos de política pública na área da educação, tomados aqui também como fontes secundárias de informação e respeitando a sua diacronia e localização em contextos histórico-sociais específicos. A análise, assim produzida, beneficiará do contributo de modelos interpretativos que atendem, designadamente, a processos de transnacionalização e “europeização” de políticas educativas.

Apesar de a informação estatística ser, em muitas circunstâncias, alvo de uma forte “desconfiança” (veja-se Broadfoot, 2000; ou, em termos mais radicais, Nannes e Burnett, 2003), admitindo-se que em alguns casos de forma justificável, o certo é que também o que se oferece em alternativa ou não tem tido um valor de troca científica (não resgatando, portanto, o seu valor heurístico), ou evidencia-se como articulável com aquele tipo de informação. Sublinhe-se, ainda, a riqueza epistemológica manifesta na coexistência de várias estratégias, igualmente válidas, para tipos de pesquisa diferentes.³

2 No caso deste projecto internacional, que funcionou como uma rede de países em consórcio, a autora da presente obra integrou a equipa nacional para a produção e análise dos dados portugueses no Eurostudent II e no III, no CIES-IUL, e durante esta 3.ª edição do projecto liderou, ainda, o Grupo de Trabalho para a Qualidade (Eurostudent III, 2005-2008).

3 O que acontece é que algumas das posições (como as encontradas em Nannes e Burnett, 2003) colocam-se numa ofensiva ideológica aos estudos comparativos, tal como têm sido conhecidos, situando-se noutros territórios de pensamento — pós-modernismo, pós-estruturalista e pós-colonialista —, acantonando-os no quadro de metanarrativas sobre concepções de “progresso”, “modernidade”, “dominação” e “subordinação” e minorizando o seu potencial conceptual e cognitivo sobre formas de comparação e mudança social.

O certo é que a disponibilidade, acessibilidade e diversidade de um grande número de dados estatísticos permitem a acumulação de conhecimento comparável entre países, nomeadamente no espaço da União Europeia, que dificilmente poderemos ignorar ou dispensar, possibilitando um reforço de reflexividade cognitiva sobre as sociedades contemporâneas para todos os que por elas se interessam ou mobilizam. Tal é evidente, mesmo que muitas vezes exista um défice nos seus significados partilhados (conceptuais, de recolha e compatibilização da informação), exigindo um confronto e uma crítica permanentes entre várias fontes.

Nas análises traçadas, verifica-se uma grande coerência nas tendências e níveis de leitura, descobrindo-se uma espécie de “coreografias” da informação estatística, quer no reconhecimento de unidades nacionais quer, numa perspectiva mais transnacional, de configurações de países europeus, com significado teórico e substantivo.

Apresentação do estudo

O que se pretende agora é *dar* este estudo à leitura. A sua exposição está organizada em seis capítulos, onde cada um tende a responder ao desenvolvimento de dimensões inscritas no modelo de análise proposto. O primeiro capítulo apoia-se numa análise de tipo estrutural, tendo-se identificado padrões de escolaridade e recomposições socioeducacionais, bem como caracterizado a população escolar inscrita nos sistemas de ensino europeus. O capítulo 2 convoca os contributos da análise de tipo mais institucional, dando conta de algumas das características e modelos desses sistemas. O capítulo 3, de grande continuidade face ao anterior, aprofunda as principais dinâmicas políticas e institucionais presentes nos sistemas de ensino da União Europeia, focando-se a análise nos modos de governo desses mesmos sistemas europeus. No capítulo 4 atende-se à capacidade dos estados nacionais (interpretada através de classificações conceptuais dos vários tipos de estados-providência) para apoiar a longevidade dos percursos escolares, obtendo-se perfis muito diversificados no provimento da educação. No capítulo 5 reúne-se a análise dos recursos disponíveis nas escolas no quadro das sociedades da informação e do conhecimento com outra sobre os quotidianos dos estudantes, enquadrados na vida organizacional escolar. No capítulo 6 recorre-se ao debate, incontornável, sobre a manifestação de desigualdades sociais nos sistemas de ensino e na produção de desigualdades escolares.

A terminar — sob a forma de um desfecho de uma “história” desta investigação — apresentam-se dois capítulos. No primeiro é ainda o momento de articulação de um conjunto relevante de informação relativa a cada dimensão, apresentando-se os resultados obtidos — perfis, configurações e factores explicativos de diversificados processos de escolarização na União Europeia —, com ensaios concretos de operacionalização do modelo de análise. No segundo faz-se um balanço deste percurso investigativo e de abertura a linhas de investigação que têm neste trabalho um fio de continuidade e que contêm um olhar crítico sobre os seus procedimentos e resultados e, igualmente, de aprofundamento das suas potencialidades.

*

Este tipo de investigação, embora pautado por períodos longos de escrita solitária, foi também marcado por um conjunto inestimável de verdadeiros apoios e possibilidades de partilha. Por isso esta é também a altura de manifestar um sincero reconhecimento a algumas pessoas e instituições que viram neste trabalho não só uma possibilidade de aprofundamento intelectual e científico, mas também um interesse social e educativo no centro do seu desenvolvimento.⁴

Institucionalmente, destaque-se o ISCTE-IUL por ter reconhecido e aprovado este projecto de investigação. O CIES-IUL foi onde, em termos de actividade científica, este trabalho foi desenvolvido, com oportunidades de debate e reflexão de grande valor para as suas principais concretizações e resultados. À Fundação para a Ciência e a Tecnologia agradeço o apoio financeiro prestado através de uma bolsa de doutoramento, no quadro do Programa de Formação Avançada para a Ciência (medida IV.3).

Algumas palavras de profundo reconhecimento teriam que estar aqui escritas para o António Firmino da Costa, não só pela forma atenta e interessada com que seguiu este trabalho, mas por ter sido um estímulo ao longo de todos estes anos, ensinando-me que, a par da curiosidade, o sentido crítico, o rigor e a dúvida são dos melhores instrumentos que podemos empregar neste tipo de actividade. Numa colaboração mais técnica, nomeadamente nos tratamentos estatísticos e de análise multivariada, o meu reconhecimento para a Carla Rodrigues, a Helena Carvalho e a Patrícia Ávila, com quem muito tenho aprendido nestas matérias. Agradeço também ao João Sebastião, ao Renato Carmo e à Teresa Seabra pelas sugestões e referências oportunamente recomendadas. Outros contributos concretos de amizade e de partilha merecem referência. A Cristina Palma Conceição, a Rosário Mauritti, a Sandra Mateus e a Susana Murteira — quer pelas “dicas” procedimentais, quer pela revisão crítica de partes do texto, quer pelas calorosas discussões sobre as matérias a que esta pesquisa se dedica — constituíram incentivos notáveis para que este longo processo pudesse ser muito mais interessante. A todos os amigos e familiares, com um sublinhado especial para os meus pais, o Nuno e a Inês, por terem sido, em todo este trajecto, o meu principal suporte e alento.

4 Este trabalho toma por referência um outro, mais longo, que diz respeito a uma tese de doutoramento em Sociologia, no Departamento de Sociologia do ISCTE-IUL.

